

**Penha
de França**

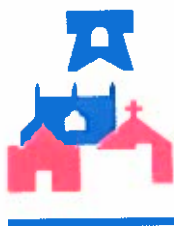
do rio à colina

**PROPOSTA N.º 8/2021
MINUTA DA DELIBERAÇÃO N.º 8/2021
MANDATO 2017/2021**

ASSUNTO: Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Penha de França, no âmbito do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no ano letivo 2020/2021.

Considerando que:

- É competência da Câmara Municipal de Lisboa deliberar no domínio da ação social escolar, nos termos da alínea *hh*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- É, ainda, competência da Câmara Municipal de Lisboa desenvolver a ação social escolar, nas suas diferentes modalidades, incluindo, a Escola a tempo inteiro, conforme estipulado no artigo 33º e na alínea c) do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 39.º do mencionado Decreto-Lei *“Compete às câmaras municipais promover e implementar medidas de apoio à família e que garantam uma escola a tempo inteiro, designadamente (...) c) Atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e de voluntariado e da dimensão europeia da educação.”*;
- Nos termos do disposto no artigo 34.º do mencionado Decreto-Lei *“O regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pelas Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação*



Penha de França

do rio à colina

atual, é estabelecido em diploma próprio, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes.”;

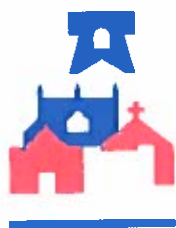
- Nos termos do disposto no artigo 74.º do mencionado Decreto-Lei *“Até ao início de vigência do Decreto-Lei previsto no artigo 41.º, mantêm -se em vigor toda a legislação e regulamentação aplicável às (...) atividades de enriquecimento curricular, em tudo o que não for contrário ao presente decreto-lei.”;*

- Não se encontrando, ainda, vigente o diploma próprio previsto no mencionado artigo 41º, que irá estabelecer o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, mantêm -se em vigor toda a legislação e regulamentação aplicável à ação social escolar, em tudo o que não for contrário às disposições constantes do mencionado Decreto-Lei;

- O Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular traduz-se numa oferta educativa e formativa gratuita, de inscrição facultativa, que se desenvolve ao longo do ano letivo, garantindo uma diversidade de atividades de cariz cultural e lúdico, de complemento ao currículo e de ocupação útil e adequada aos tempos não letivos, destinada aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico das escolas da rede pública e que tem como enquadramento base, vigente, a Portaria n.º 644-A/2015 de 24 de agosto, na sua redação total;

- À data, todas as escolas básicas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública da cidade de Lisboa estão a funcionar com as Atividades de Enriquecimento Curricular, cuja carga horária, atividades e parcerias foram deliberadas em sede de Conselho Geral de cada Agrupamento de Escolas;

- No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do mesmo diploma legal, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, o Município de Lisboa e a Freguesia da Penha de França pretendem contratualizar a delegação de competências subjacente;



**Penha
de França**

do rio à colina

- A Assembleia Municipal de Lisboa, através da Proposta n.º 814/CML/2020, autorizou essa contratualização na sua reunião de 17 de dezembro de 2020;
- À Junta de Freguesia compete submeter à Assembleia de Freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos no artigo 9.º, n.º 1, alínea g), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Incumbe à Assembleia de Freguesia, nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea j), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.

Assim, tenho a honra de propor que a Junta de Freguesia da Penha de França delibere aprovar submeter à Assembleia de Freguesia, para efeitos de ratificação, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 7.º, 9.º, n.º 1, alínea g), 16.º, n.º 1, alínea j), e 116.º e seguintes, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, bem como do n.º 6 do artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo, ex vi do n.º 1 do artigo 164.º do mesmo diploma, o Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Lisboa e a Freguesia da Penha de França para o ano letivo 2020/2021, no âmbito do desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular nos estabelecimentos de ensino da Freguesia, cuja cópia se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante.

Penha de França, 19 de fevereiro de 2021.

A Vogal,

Sílvia Ferreira

APROVADA POR:

☒ UNANIMIDADE

☐ MAIORIA

DATA: 22/02/2021

A PRESIDENTE